Direcção Geral da Instrucção Publica

3.ª Repartição

Tendo a experiencia demonstrado a necessidade de serem introduzidas algumas modificações na doutrina expressa nos artigos 50.º e seu § unico, 51.º e seus paragraphos, do decreto de 4 de agosto de 1898: hei por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º Será contado por metade, aos artistas da classe de merito, o tempo que serviram no theatro de D. Maria II, em qualquer epoca ou empresa, anteriormente á data da sua nomeação para o quadro da actual sociedade.

Art. 2.º Os artistas da classe de merito terão direito a um beneficio annual com a primeira representação de uma peça original ou traduzida.

Art. 3.º A gerencia terá sempre em vista o promover, quanto possivel, uma proporcional e justa divisão do trabalho, de forma a que os artistas da classe de merito não accumulem todo o repertorio, devendo o commissario do Governo resolver em ultima instancia os desacordos que a distribuição das peças originaes possa suscitar entre a gerencia social e os autores dramaticos.

O Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 21 de abril de 1906. — REI. — *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

D. do G. n.º 102, de 8 de maio de 1906.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral do Ultramar

1.ª Repartição

2.ª Secção

Sendo de reconhecida conveniencia e vantagem para o desenvolvimento economico das provincias ultramarinas portuguezas que ali possam constituir-se sociedades por quotas, alem das sociedades commerciaes já autorizadas pelo Código Commercial em vigor, nos termos do artigo 2.º do decreto de 20 de fevereiro de 1894, que approvou o regimento da administração de justiça nas mesmas provincias;

Tendo ouvido a Junta Consultiva do Ultramar e o Conselho de Ministros, e usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do 1.º Acto Adicional á Carta Constitucional da Monarchia:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É declarada extensiva ao ultramar a carta de lei de 11 de abril de 1901, relativa á constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 22 de abril de 1906. — REI — *Antonio de Azevedo Castello Branco.*

D. do G. n.º 92, de 26 de abril de 1906.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Sua Majestade El-Rei, attendendo ao pedido feito pela Companhia Geral de Crédito Predial Portuguezs, para ser

autorizada a criar e emittir dez mil obrigações prediaes do valor nominal de 90\$000 réis cada uma, vencendo o juro annual de 5 por cento, pago aos semestres, nos dias 1 de janeiro e 1 de julho de cada anno, sendo o capital reembolsavel, ao par, por sorteio;

Visto o balanço da mesma companhia, referido ao dia 31 de março ultimo, e fechado em data de 21 do corrente;

Visto o disposto nos artigos 42.º e 43.º dos seus estatutos, approvados por alvará de 2 de julho de 1891:

Ha por bem autorizar a nova emissão pedida de dez mil obrigações, em harmonia com o programma que acompanhou o officio do governador da referida companhia, de 28 de fevereiro findo, com as seguintes clausulas:

1.ª Logo que dos respectivos balanços mensaes conste que as obrigações em circulação representam a importancia fixada no artigo 43.º dos estatutos da companhia, todos os titulos d'esta natureza existentes em caixa, cuja emissão esteja autorizada, mas não estejam negociados, serão inutilizados; ou, quando não convenha proceder por esta forma, será reforçado o capital realizado, fazendo os accionistas da companhia novas entradas por conta das acções emittidas, por modo que, entre este capital e as obrigações em circulação, se mantenha sempre a proporção exigida no artigo 43.º dos estatutos, cuja execução muito especialmente se recommenda á mesma companhia.

2.ª Que, nos termos da carta de lei de 29 de julho de 1899, a companhia fica obrigada a pagar o imposto de rendimento de todas as obrigações que emittir, devendo, no texto de cada titulo posto em circulação, ser inscrita a declaração de que os juros e os coupons ficam sujeitos, em qualquer hypothese, ao pagamento do imposto de rendimento.

3.ª Que esta autorização não importa, por parte do Governo, nenhuma nova concessão ou privilegio concedido á companhia, nem prorrogação do prazo da anterior e primitiva concessão.

Paço, em 23 de abril de 1906. — *José Gonçalves Pereira dos Santos.*

D. do G. n.º 90, de 24 de abril de 1906.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

4.ª Repartição

1.ª Divisão

Sua Majestade El-Rei, conformando-se com o parecer da Inspeção dos Telegraphos e Industrias Electricas: ha por bem autorizar a Companhia Carris de Ferro do Porto a abrir á exploração a installação para a iluminação electrica das ruas de Brito Capello, Alameda de Matozinhos, Leça e pontes sobre o Leça no concelho de Bouças.

Paço, em 23 de abril de 1906. — *José Gonçalves Pereira dos Santos.*

D. do G. n.º 12, de 27 de abril de 1906.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Direcção Geral de Administração Política e Civil

2.ª Repartição

Sendo-me presente o processo de syndicança á Camara Municipal do concelho da Covilhã, em que esta foi arguida, alem de outras irregularidades, de: negligencia em se habilitar com orçamento ordinario para a sua administração no anno de 1905; descuido e prejuizo dos interesses do municipio nos pleitos em que este tem sido parte; illegal levantamento de fundos do respectivo co-